



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CIVITAS

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas 25: 1-11, jan.-dez. 2025

e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46314>

DOSSIÊ: COLETIVOS NAS AÇÕES COLETIVAS CONTEMPORÂNEAS: EMERGÊNCIA, CONTEXTO, DEFINIÇÕES E PRÁTICAS.

Espaço público digital e ativismo dos coletivos: (re)definindo fronteiras entre público e privado

Digital public space and collective activism: reframing the boundaries between the public and the private

Espacio público digital y activismo de colectivos: (re)definición de los límites entre lo público y lo privado

Fernando Lima Neto¹

orcid.org/0000-0002-8373-5541

fercaline@gmail.com

Recebido em 29 maio 2024.

Aprovado em: 11 de set. 2024.

Publicado em: 30 jan. 2025.

Resumo: Este artigo analisa a relação dialógica entre os constrangimentos estruturais referentes ao uso crescente de ferramentas digitais de comunicação e as ações de ativistas de coletivos que recorrem a essas ferramentas para imputar novos sentidos à participação e à política. O recurso a ferramentas digitais de comunicação, a ênfase na biografia pessoal como motivação para o engajamento político, o adensamento das relações de amizade na luta política e o discurso da horizontalidade são algumas das dimensões do novo ativismo político dos coletivos que indicam a redefinição de padrões estruturantes da cultura política no Brasil, como a própria separação entre público e privado. Em linhas gerais, o artigo se debruça sobre pesquisa empírica para argumentar que o ativismo dos coletivos e o debate teórico sobre espaço público no século 21 constituem um jogo de espelhos, a transformação de um está refletida no outro.

Palavras-chave: Espaço público digital. Subjetividade e política. Coletivos. Participação. Sociedade civil.

Abstract: This paper analyzes the dialogical relationship between the structural constraints regarding the increasing use of digital communication tools and the actions of activists from Brazilian 'coletivos' (collectives) who turn to these tools to impute new meanings on participation and politics. The use of digital communication tools, the emphasis on personal biography as motivation for political engagement, the strengthening of friendships in political struggles, and the discourse of horizontality are some of the dimensions of the new activism from 'coletivos' that indicate the redefinition of structural patterns of political culture in Brazil, such as the separation between public and private. All in all, the article draws on empirical research to argue that collective activism and the theoretical debate on public space in the 21st century constitute a mirror game, with the transformation of one reflected in the other.

Keywords: Digital public space. Subjectivity and politics. Collectives. Participation. Civil society.

Resumén: Este artículo analiza la relación dialógica entre las limitaciones estructurales referentes al uso creciente de herramientas digitales de comunicación y las acciones de activistas de colectivos que recurren a estas herramientas para imputar nuevos significados sobre participación y política. El recurso a herramientas digitales de comunicación, el énfasis en la biografía personal como motivación para el compromiso político, el fortalecimiento de las relaciones de amistad en la lucha política y el discurso de la horizontalidad son algunas dimensiones del nuevo activismo político de los colectivos que indican la redefinición de patrones estructurantes de la cultura política en Brasil, como la propia separación entre lo público y lo privado. En términos generales, el artículo se apoya en una investigación empírica para argumentar que el activismo de los colectivos y el debate teórico sobre espacio público en el siglo 21 constituyen un juego de espejos, la



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

transformación de uno se refleja en el otro.

Palabras clave: Espaço público digital. Subjetividade y política. Colectivos. Participación. Sociedad civil.

Introdução: reflexividade sociológica e ativismo dos coletivos²

A produção de conhecimento em sociologia envolve uma condição reflexiva que associa teoria e vida social em uma relação dialógica. Na esteira do que propôs Giddens (1991) com o conceito de "dupla hermenêutica", da mesma forma que o conhecimento sociológico é parasítico do que ocorre no mundo cotidiano, os conceitos e noções das ciências sociais retornam cotidianamente ao universo onde foram inicialmente formulados para explicá-lo ou descrevê-lo. Dito de outra forma, os *inputs* gerados pelo conhecimento sociológico estão na contrapartida inerente à geração contínua de autoconhecimento na vida social (Giddens 1991, 20). Um exemplo evidente dessa condição reflexiva é a consagração do vínculo congênito entre sociedades nacionais, modernidade e sociologia, que até recentemente direcionou praticamente todos os avanços da disciplina. Outro exemplo concerne o debate teórico em torno do conceito de democracia. Se o minimalismo democrático triunfou como modelo analítico para compreensão do regime democrático na maior parte do século passado, o debate contemporâneo tem ampliado a definição de democracia para além do exercício da representação.

O dinamismo do debate teórico contemporâneo sobre democracia repercute processos históricos que começaram a ser gestados ainda no século 20, como, dentre outros, a crise dos governos representativos (Manin 1991), a centralidade da participação (Pateman 1975) e a efetividade das instituições democráticas (Buhlmann et al. 2007; Diamond e Morlino 2004). Embora tenham sido intensificados na virada do século, esses processos foram gestados tanto a partir das transformações na órbita dos valores e costumes que se espalharam pelo mundo entre as décadas

de 1960 e 1980 (Hobsbawn 1995) quanto a partir da diversificação e empoderamento da sociedade civil no último quarto do século 20 (Cohen e Arato 1992; Wolfe 1989). Tomadas em conjunto, essas transformações ressignificaram a ideia de democracia e ampliaram a compreensão da luta política para além do plano material das relações de trabalho (Melucci 1989; Touraine 1992).

No Brasil, as condições históricas que marcarão o último quarto do século 20 terminaram por afetar padrões históricos de relação entre estado e sociedade (Reis 1998; Schwartzman 1988) e por consolidar uma esfera pública pautada por demandas pela ampliação de direitos (Paiva 2021; 2013). Este contexto de transformações estruturais tornou possível a emergência de movimentos sociais renovados, com pautas, agendas e repertórios de mobilização originais, como revela a obra de Maria da Glória Gohn. Dialogando com as contribuições de Touraine, para quem os movimentos sociais atuam como vetores de transformação cultural da sociedade (Touraine 2006; 1992), Gohn explora as implicações sociopolíticas e culturais que estão associadas às mudanças recentes no ativismo dos movimentos sociais. Sua influente abordagem sobre movimentos sociais ressalta os contornos reflexivos de uma teoria sociológica voltada para compreensão do nexo entre política e cultura dentro da sociedade civil (Gohn 2008; 1985).

Hoje em dia, o fenômeno de propagação dos coletivos tem sido analisado por Gohn e outros pesquisadores interessados nas novas formas de engajamento e ação coletiva que se multiplicaram no Brasil após as manifestações de junho de 2013 (Paiva et al. 2023; Lima Neto 2023; Gohn 2022; 2014; Perez 2019). Uma das características mais recorrentes na propagação dos coletivos é o peso que conferem à dimensão subjetiva na forma como apresentam sua luta política, algo distinto do compromisso militante ideológico, que, muitas vezes, se apresenta como apartado da subjetividade (Lima Neto e Tovolli 2023; Gohn 2019; Pleyers 2010). Neste artigo, proponho

² Este trabalho contou com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), através do Programa Jovem Cientista de Nosso Estado (262003032023).

submeter o fenômeno dos coletivos à análise de condições estruturantes e da promoção de novos sentidos subjetivos ligados ao ativismo político de seus ativistas a partir do conceito de esfera ou espaço público (Habermas 2003; 2022). Será argumentado que a ênfase subjetiva do ativismo dos coletivos aponta para a redefinições de padrões estruturantes da cultura política no Brasil, em particular, a relação entre público e privado. A análise ressalta a importância da construção de laços de amizade e solidariedade entre os ativistas, laços que se misturam aos vínculos que eles estabelecem com o próprio coletivo. Muitas vezes, essas relações são construídas ou reforçadas através de meios de comunicação digital que funcionam como novas arenas de socialização política.

As considerações teóricas aqui apresentadas foram produzidas a partir de pesquisa empírica realizada entre os anos de 2019 e 2022, intitulada "Desafios da participação no Brasil contemporâneo: os fenômenos dos coletivos", e conduzida por uma equipe de pesquisadores com o objetivo de analisar novos sentidos sobre participação no ativismo dos coletivos. A pesquisa definiu a noção de "coletivo" a partir de três características gerais, além da autodefinição. A primeira consiste no fato de serem organizações de participação que não possuem pretensão de representação, seja representação formal ou o que a literatura apresenta como *advocacy* (Urbinati 2000; Keck e Sikkink 1999). A segunda característica diz respeito ao fato de mobilizarem a biografia de seus membros como maneira de legitimar sua atuação no espaço público. A terceira é a ausência de laços duradouros com outras organizações do estado, do mercado ou da sociedade civil.

Inicialmente, a amostra da pesquisa contemplou cinco domínios de atuação dos coletivos: afirmação identitária, artes, parentalidade, saúde e ecologia. A análise aqui exposta considera apenas os dois primeiros, que são, justamente, os mais recorrentes no universo dos coletivos. Serão consideradas (i) 44 entrevistas aprofundadas e (ii) um *survey* com 44 entrevistas semiestruturadas realizadas com ativistas de coletivos identitários

e artísticos sediados na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os mesmos entrevistados participaram de ambas as entrevistas, a maior parte delas realizadas em formato *online* – inicialmente, por conta das restrições impostas pela pandemia de Coronavírus e, posteriormente, por escolha dos próprios entrevistados. Nas entrevistas aprofundadas, foram abordadas as imbricações entre a biografia dos ativistas e a formação de seus respectivos coletivos. No *survey*, foram abordadas percepções subjetivas sobre política e democracia. Muitas das questões do *survey* foram replicadas de outros dois questionários de influentes pesquisas internacionais sobre cultura política, o Latinobarômetro e o *World Values Survey*. A forma como esses dados são aqui trabalhados reforça o potencial qualitativo das análises sobre os termômetros da qualidade da democracia (Lauth 2016; Morlino 2004).

Os coletivos de afirmação identitária são organizados a partir de temas como, dentre outros, raça, gênero e sexualidade. Coletivos de negros, de mulheres e de transexuais são alguns exemplos conhecidos. Apesar de adjetivar esses coletivos como identitários, a discussão que eles promovem está menos vinculada ao debate das identidades coletivas rigidamente definidas do que à forma como elas se definem na e através da experiência (McDonald 2004; Wieviorka 2001; Guimarães 2021). Por sua vez, os coletivos artísticos são organizados em torno da proposta de mobilizar a produção artística em prol de alguma manifestação política. Coletivos de poesia, de fotógrafos ou de teatro são exemplos também conhecidos. A aproximação entre arte e política constitui um horizonte primordial para esse tipo de coletivo. Os dados aqui analisados apontam para a confirmação da hipótese que conduziu a pesquisa: a afirmação de que os canais digitais de comunicação, em particular as redes sociais, estruturam a formação de um espaço público digital que redefine as próprias fronteiras entre público e privado no ativismo dos coletivos, promovendo laços de amizade e confiança particularizada que assumem uma conotação política.

Ao analisar o impacto que o fenômeno dos

coletivos traz para a democracia no Brasil, proponho uma perspectiva weberiana que relacione o sentido subjetivo visado pelos atores às condições estruturantes dentro das quais eles atuam (Weber 1964). O que importa aqui é estabelecer correlações de sentido entre ação, significado e contexto histórico. O âmbito da ação remete às práticas cotidianas de mobilização e atuação dentro da sociedade civil, tanto na formulação quanto na execução de agendas e projetos de intervenção. O âmbito do significado remete ao sentido de subjetivação da política que prevalece na maior parte das ações. Por sua vez, o âmbito do contexto histórico diz respeito à forma como os meios digitais de comunicação afetam as relações sociais em geral e a política em particular.

Espaço público na sociedade digital

No fim do século 20, ao publicar sua seminal e influente trilogia sobre a era da informação, Manuel Castells (1996) consagrou a metáfora da rede como a expressão material e simbólica que melhor retratava o que chamou de capitalismo informacional. Embora o ensejo da metáfora tenha capturado com acuidade o realinhamento das relações entre capitalismo, tecnologia e trabalho na globalização, não havia ainda uma elaboração teórica mais robusta sobre a forma de traduzir essas transformações em debates sobre as noções de sociedade e indivíduo, por exemplo. Hoje em dia, apesar do tempo relativamente curto que nos distancia daquele contexto, o desenvolvimento e a popularização da internet potencializaram a compreensão da forma como a intensificação do uso das ferramentas digitais de comunicação afetam a percepção que as pessoas têm das relações sociais.

A digitalização das relações sociais é um fenômeno em curso há algumas décadas, estudado em diversos campos de conhecimento, e foi recentemente impulsionada em decorrência da pandemia de Covid-19. Após esse evento histórico, o uso das ferramentas digitais de comunicação na vida cotidiana passou a ter uma frequência e importância sem precedentes na história recente. Transações econômicas, encontros entre amigos,

reuniões profissionais, celebrações familiares, processos judiciais, congressos científicos, é extensa e variada a lista de relações que passaram a ser realizadas com uma frequência cada vez maior em ambientes virtuais. Não seria exagero afirmar que praticamente todas as relações sociais que constituem nossa compreensão do que seja a sociedade foram, de alguma forma, afetadas pelo uso crescente desses meios de comunicação digital.

Em linhas gerais, o impacto desse fenômeno reforça a condição reflexiva da sociologia e sua necessidade premente de atualizar o debate teórico e as definições dos conceitos fundamentais. No âmbito específico da sociologia política, um dos principais desafios é explicar a correlação entre condições estruturantes da democracia e o sentido subjetivo que os atores atribuem a ela. Neste artigo, o ativismo dos coletivos é tomado como materialização empírica de transformações a um só tempo estruturais e subjetivas na forma como atuam no espaço público. As entrevistas realizadas confirmam tanto a percepção dos ativistas de atuarem em um espaço público inovador, quanto o potencial para reconstruírem subjetividades no contexto de uma luta política. Assim, para além da constatação de efeitos mais imediatos e conjunturais na relação entre mídias digitais e política, como, por exemplo, comportamentos eleitorais (Woolley e Howard 2019) ou comportamentos de consumo (Schweidel e Moe 2016), a proliferação dos coletivos no espaço público constitui um fenômeno histórico que permite aprofundar a compreensão de novos sentidos sobre espaço público em uma sociedade cada vez mais digitalizada. Dito de outra forma, o ativismo dos coletivos e o debate teórico sobre espaço público no século 21 constituem um jogo de espelhos, a transformação de um está refletida no outro.

O recurso a tecnologias digitais de comunicação, em particular redes sociais, amplia e diversifica as relações dinâmicas entre temas e atores do debate público (Mattone e Ceccobelli 2024; Itaussu et al 2023; Santos e Penteadó 2023). No limiar do novo século, muitas, senão todas,

as transformações nas formas de organização e protesto social da sociedade civil estiveram de alguma forma associadas ao uso de redes sociais. Protestos de massa, como Occupy, manifestações de 2013 no Brasil, manifestações de 2019 no Chile, eventos relacionados à Primavera Árabe, os coletes amarelos na França e muitos outros, foram articulados por redes sociais que tornaram possível mobilizações sem precedentes na história (Gohn 2013; Pleyers 2011). Se, por um lado, esses eventos não podem ser reduzidos a meros "epifenômenos" da tecnologia, visto que seu uso varia em função de diferentes contextos históricos e equilíbrios de poder, por outro lado, não poderíamos concebê-los sem o auxílio dessas sofisticadas ferramentas de comunicação. De fato, hoje em dia, a internet se tornou um horizonte ineludível no realinhamento de símbolos e interesses políticos no espaço público mundo afora. Neste sentido, é preciso considerar a formação atualmente em curso de *um espaço público digital*, cujas implicações para o engajamento e o ativismo político são aqui objeto de análise.

Espaço público digital e subjetividade

A exposição livre e o debate racional de ideias que pululavam nos cafês e salões literários franceses do século 18 caracterizaram o protótipo de um espaço público que veio a ser consagrado no século 20 como universal e impessoal (Habermas 2003). Seja na órbita de espaços públicos episódicos, organizados ou abstratos (Habermas 2011), a experiência subjetiva e privada dos atores, mesmo que seja o veículo que promove uma identificação inicial com o espaço público, era sempre tomada como distinta desse espaço e dos discursos que nele habitam. Dito de outra forma, percepções subjetivas são preferencialmente sublimadas na promoção de um debate racional. Não obstante as críticas importantes que enfatizaram a influência das relações privadas (Butler 2019; Arendt 2006; DaMatta 1997), o debate teórico no século 20 consagrou a compreensão do espaço público como um espaço reflexivo dedicado a explorar o sistema de *relações objetivas* que tornam possível o mundo da vida

– ainda que as sociedades modernas de massa tenham tornado as fronteiras entre público e privado mais complexas e imbricadas. O fenômeno de empoderamento dos coletivos torna possível aprofundar a compreensão de como essas relações objetivas estão, hoje, vinculadas a experiências subjetivas e biográficas que são politizadas dentro do espaço público.

O conceito de esfera ou espaço público dispõe de uma literatura canônica marcada pela contribuição seminal de Habermas e seus críticos (Rancière 1995; Mouffe 1993). No clássico *Mudança estrutural da esfera pública* (2003), Habermas situa a emergência do espaço público dentro de um contexto estrutural particular: a separação moderna entre sociedade civil e sistema político. O espaço público tornou possível a afirmação de um universalismo ancorado nas ideias de individualismo e pluralismo, atravessando os domínios da política, do mercado e da sociedade civil (Habermas 2003; Cohen e Arato 1992). Habermas, contudo, tem revisitado sua própria teoria à luz das mudanças sociais em curso no século 21, como os novos desafios do estado nacional (Habermas 2002) ou o recente processo de ampliação e intensificação dos meios digitais de comunicação (Habermas 2022). Para ele, a digitalização da comunicação pública transforma todos os participantes em atores/autores. Isso tem tornado ainda mais porosas as fronteiras entre público e privado, o que, segundo Habermas, resulta em repercussões potencialmente disruptivas nas funções políticas da esfera pública. O direcionamento arbitrário do conteúdo das plataformas digitais tem ampliado e fragmentado a esfera pública (Habermas 2022, 157-9). Neste sentido, Habermas sustenta que a emergência das novas mídias digitais favorece a formação de espaços fragmentados e fechados de comunicação entre os usuários das redes sociais, que terminam por distorcer a percepção da esfera política como tal (Habermas 2022, 165).

Um dos campos teóricos da sociologia contemporânea que mais tem discutido a digitalização da esfera pública são os estudos sobre o processo de plataformação das sociedades,

definido como "penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida" (Poell et al. 2020, 2). As plataformas são apresentadas como mecanismos portadores de normas e valores específicos, que podem entrar em conflito com outros valores no curso dos processos históricos. Assim, as mídias digitais são mais do que ferramentas pretensamente neutras que facilitam as interações. Muitas vezes, elas terminam por ajudar a modelar essas próprias relações. Alguns estudos questionam, por exemplo, a forma como algoritmos criados por companhias globais do setor privado dirigem as informações que circulam na esfera pública digital, o que reforçaria a percepção de uma esfera pública fragmentada e menos politizada (Fischer e Jarren 2024).

Se esses e outros estudos avançam na compreensão da forma como as novas tecnologias digitais afetam dimensões institucionais da vida em sociedade como o sistema político (Norris 2001), o conflito entre gestores públicos e interesses privados (Van Dijck et al. 2018), a gestão da política pública (Penteado e Fortunato 2015) ou na mobilização na sociedade civil (Rocha 2021; Penteado e Cruz Junior 2019), é preciso explorar mais os efeitos dessas transformações no âmbito específico da cultura política. Um dos aspectos mais centrais nessas transformações concerne a própria "anatomia" das plataformas e de seu ecossistema global, que se estruturam em torno de perfis pessoais, borrando as percepções sobre público e privado.

Política e amizade

A análise do material coletado na pesquisa sugere que os enfoques nas biografias e experiências pessoais termina por reforçar laços de solidariedade entre os ativistas de coletivos em torno de sentimentos como "acolhimento" e "luta", o que reforça a percepção de coletivos em espaços seguros (Costa 2024; Collins 2019). Nas entrevistas estruturadas, uma das questões que apresentaram alto nível de convergência nas respostas foi aquela que pedia para o(a) entre-

vistado(a) definir em poucas palavras sua relação com o coletivo. Essa era uma pergunta aberta, sem opção pré-definida de resposta. Foi surpreendente constatar que as palavras "acolhimento", "luta", "apoio" e "resistência" apareceram em cerca de metade das 44 entrevistas que compuseram a amostra do *survey*. Se considerarmos outras palavras com sentido próximo a "acolhimento" e "apoio" (como, dentre outras, "amizade", "confiança" e "cuidado") e palavras com sentido próximo a "luta" e "resistência" (como, dentre outras, "engajamento", "empoderamento" e "aquilombamento"), a quase totalidade dos ativistas reconhece "acolhimento" e "luta" como sentidos predominantes no seu engajamento pessoal. O coletivo é apresentado como um espaço voltado para partilhar experiências, acolhendo dramas, traumas, revoltas e outras emoções:

É, em poucas palavras assim, o coletivo pra mim significa basicamente o acolhimento. Acolhimento e luta, porque você pode participar do coletivo, e só se sentir bem ali dentro, naquele espaço. E você pode participar do coletivo, ficar com raiva e querer mudar as coisas. E tem os dois ao mesmo tempo, sabe. (Entrevistada 14, comunicação pessoal, 15 jun. 2020).

O apoio emocional partilhado entre os ativistas acaba por reforçar as relações de amizade dentro do coletivo. Neste sentido, a aproximação, a empatia e o apreço mútuo dessas relações acontecem em função de componentes biográficas dos próprios atores, algo diferente dos laços de amizade tecidos em organizações como partidos políticos, que promovem identificação entre amigos a partir da oposição a inimigos (Schmitt 1992, 27). Novamente, o pano de fundo que aproxima esses ativistas como amigos estaria mais associado à vida privada do que à vida pública, ao menos se levarmos em consideração o sentido habermasiano clássico de espaço público.

Outro dado relevante produzido pelo *survey* é aquele que aborda o tema da confiança interpessoal, um assunto que é investigado há décadas em influentes pesquisas sobre democracia e cultura política. O *survey* replicou do questionário do Latinobarômetro uma questão

que perguntava se é possível confiar na maior parte das pessoas ou se é preciso ter algum cuidado quando lidamos com os outros. No relatório de 2023 do Latinobarômetro, foi informado que 96,1% dos brasileiros manifestam desconfiança com as outras pessoas. Esse dado reforça um padrão histórico e estruturado que se repete no curso do tempo – o Brasil aparece há décadas como país com menor índice de confiança interpessoal (Moisés 2010; Inglehart 1999). No entanto, na amostra da pesquisa sobre coletivos, o percentual de respondentes que se identificaram com essa resposta foi 78,6%. Ainda que configure uma ampla maioria de respostas, a diferença de quase 20 pontos percentuais demarca um contraste significativo. Se for considerada a idade dos respondentes, o contraste persiste. A média de idade dos 44 ativistas entrevistados é 27,6 anos. Na pesquisa do Latinobarômetro, o índice de respondentes entre 15 e 25 anos que concordam com afirmativa é 97,2%, enquanto a faixa entre 26 e 40 anos apresenta o percentual de 95,5%. De acordo com esses dados, quanto mais jovens, maior o percentual de brasileiros que desconfiam do outro generalizado.

Parte da literatura sobre juventude e política na sociologia vem ressaltando que uma das características mais salientes do ativismo social no século 21 é a forma como sentimentos pessoais e desejos privados atuam na promoção do engajamento político (Oliveira et al. 2021; Pleyers 2010). Quando indagados sobre como se informam sobre política, "internet" e "amigos" foram mencionados pela quase totalidade dos entrevistados. Levando em consideração que as relações de confiança não são mais amplas do que as de amizade, é possível considerar que o adensamento das relações pessoais dentro dos coletivos, seja em encontros presenciais ou virtuais, fortalece a confiança particularizada, mas não é suficiente para dissipar a desconfiança com outro(s) generalizados, ainda que a atenuem. Nesse sentido, o importante indicador da confiança generalizada (Uslaner 1999; Putnam 1997) permanece como um horizonte relativamente distante, o que aponta para padrões ainda mais

recônditos da cultura política no Brasil.

Patricia Hill Collins apresenta a noção de espaço seguro (*safe space*) como um espaço que tornou possível a livre expressão e o empoderamento das mulheres negras nos EUA (Collins 2019). Próximo à experiência dos quilombos no Brasil, esses espaços criam um ambiente de liberdade e proteção que favorece o pensamento crítico (Corrochano et al. 2024). Salvaguardas as diferenças evidentes de cada contexto histórico, é possível aproximar a noção de espaço seguro e o cotidiano dos ativistas de coletivos que, muitas vezes, passam a compartilhar entre eles dramas, desabafos e esperanças tanto nos encontros presenciais quanto através das redes sociais (Costa 2024). Não surpreende, por exemplo, o fato de praticamente todos os coletivos entrevistados fazerem uso do aplicativo WhatsApp como ferramenta de comunicação interna. Não obstante essa aproximação possível, é preciso reconhecer conflitos inerentes ao uso das plataformas digitais, sejam decorrentes de divergências entre os próprios ativistas ou pela profusão de discursos de ódio, ameaças e outras formas de interação violenta que têm caracterizado a comunicação nas redes sociais na internet.

Novos sentidos sobre participação: horizontalidade e performance

Um dos maiores pontos de convergências entre as pesquisas sociológicas sobre coletivos no Brasil é a ênfase que os próprios ativistas atribuem ao princípio da horizontalidade como uma reelaboração crítica da noção de hierarquia, isto é, como alternativa aos modelos "verticais" e "formais" de organização da luta política (Costa 2024; Gohn 2022; Marques e Marx 2020; Perez 2019). Nas entrevistas aprofundadas, os ativistas recorreram muitas vezes ao princípio da horizontalidade como forma de distinguir qualitativamente o engajamento dos coletivos de outras formas de mobilização na sociedade civil:

A gente espera uma colaboração ali que seja espontânea, que seja da vontade da pessoa, e o coletivo é isso. Todo mundo se organiza de maneira ali coletiva, horizontal, participando.

Alguns, às vezes, dão uns starts a mais que os outros. Todos têm o direito igual de participar. Todos têm o direito igual, é isso. [...] Se você estrutura e hierarquiza demais vira uma empresa, uma associação, uma ONG, o que seja, mas, você sai do conceito de coletivo. Se você permanece do jeito que tá, a horizontalidade, aí sim, na veia, o que é coletivo. (Entrevistada 09, comunicação pessoal, 28 abr. 2020).

Além da ênfase na horizontalidade, outra característica importante no funcionamento dos coletivos é a fluidez das suas divisões de tarefas (Perez e Silva Filho 2017), algo que os aproxima dos movimentos sociais (Melucci 1989). A maior parte dos entrevistados relatou que a divisão de tarefas é definida em cada projeto ou ação, levando em consideração a disponibilidade e interesse dos ativistas. Poucos coletivos relataram possuir uma divisão de funções permanente. Um membro de coletivo fotográfico apresentou como exemplo um projeto realizado em parceria com uma Universidade:

Eu lembro que quando a gente fez o projeto, a gente distribuiu funções. Olha, esse grupo vai ficar com a pesquisa sobre a história da Universidade. Esse grupo vai ficar com a parte da criação das redes sociais. Então a gente distribuiu as funções e, no decorrer dos trabalhos, as pessoas foram naturalmente se envolvendo a partir dos seus talentos, dos seus desejos, das disponibilidades. Não tem uma hierarquização e funções fixas. Elas são bem móveis a partir do que você pode fazer. Hoje, você faz... Exemplo, para editar fotos, quem tem mais habilidades para editar fotos edita, entendeu? Não tem uma hierarquização, todo mundo faz tudo. (Entrevistada 06, comunicação pessoal, 30 out. 2019).

Nas entrevistas, portanto, os ativistas reforçaram o esforço para introduzirem princípios de horizontalidade e fluidez na organização interna, na definição de agendas e na execução de suas ações. Associado a isso, o sentido que os atores imputam à participação política é algo que aparece sempre mediado pelo corpo e pela própria biografia, seja pela reelaboração de experiências individuais relacionadas a racismo ou sexismo (caso dos coletivos identitários), seja na forma como instrumentalizam os corpos como veículos de contestação política (caso dos coletivos

artísticos). Assim, os corpos não apenas "representam", mas "performam" ou "experimentam" um processo político que invade dimensões recônditas de sua própria subjetividade (McDonald 2004; Butler 2019).

Partindo de uma discussão de gênero como performance, Judith Butler enfatiza as dimensões corporais e performáticas que produzem uma construção identitária (Butler 2019; 2004). Neste sentido, a ideia de performance aparece associada à ideia de criação, o que pode explicar sua forte presença entre os coletivos artísticos (embora também esteja presente em coletivos identitários). Muitas vezes, o sentido de participação visado por esses ativistas visa proporcionar experiências artísticas a públicos que não estão acostumados a elas. Os limites entre arte e política são dissolvidos em performances artísticas e/ou midiáticas que denunciam estéticas e gramáticas políticas enraizadas no cotidiano.

Conclusão: redefinido fronteiras entre público e privado

A noção de espaço público e sua contraposição ao privado é uma das questões mais centrais no debate sobre as relações entre cultura e política no Brasil. Desde os primórdios do pensamento social brasileiro, gerações sucessivas de pensadores se propuseram a analisar as condições singulares da formação do espaço público nacional, um debate que permanece vivo até hoje. Em meio à variedade de problemas e hipóteses que sustentaram a permanência desse tema ao longo do tempo, um diagnóstico recorrente interpretava a contradição entre a experiência histórica e os fundamentos e princípios ideológicos que lhe serviam de inspiração. Frequentemente, os analistas diagnosticaram a perversão de um espaço público desprovido de referências universais e amplamente condicionado aos interesses privados daqueles que detinham o poder. A recorrência destes diagnósticos acabou por consolidar um repertório de noções que tendem a definir de modo quase substancial a cultura política brasileira, e que, até hoje, são influentes na produção de conhecimento sociológico sobre

o país. Cordialidade, patriarcalismo, clientelismo e pessoalidade são reiteradamente projetados como características definidoras das relações sociais no Brasil (DaMatta 1997; Holanda 1995; Leal 1986; Freire 1963).

O recurso a ferramentas digitais de comunicação, a ênfase na biografia pessoal como motivação para o engajamento político, o adensamento das relações de amizade na luta política e o discurso da horizontalidade são algumas dimensões do novo ativismo de coletivos que apontam para a redefinição de padrões estruturantes da cultura política no Brasil, como a separação entre público e privado, e a própria relação entre democracia e espaço público. Um dos critérios aqui propostos para definir a noção de coletivo é o fato de seus membros mobilizarem a própria biografia pessoal como motivação para o engajamento político. Por um lado, essa fusão entre público e privado parece reafirmar alguns dos preceitos gerais que foram produzidos pelos cânones da sociologia política e do pensamento social brasileiro no decorrer do século 20. Geralmente, nesse pensamento canônico, o tema do autoritarismo era um pano de fundo importante para interpretação dessa (in)diferenciação entre público e privado (Lima Neto 2021). No entanto, o aspecto "novo" aqui associado ao fenômeno dos coletivos é o fato dessa fusão estar agora identificada com uma tradição democrática e não mais autoritária. O que muda no debate entre público e privado no Brasil quando se leva em consideração a experiência dos coletivos e sua relação com a democracia? Os estudos sobre a plataforma atestam que, embora seja global em seu nível tecnológico infraestrutural, o ecossistema das plataformas digitais está atravessado por diferentes conflitos nacionais e locais (van Dijck et al. 2018). Assim, pensar a forma como se reposicionam as relações entre público e privado é uma tarefa que não pode ser historicamente descontextualizada.

Partindo de um fenômeno situado em um processo histórico particular, e em uma linha diferente do diagnóstico algo pessimista de Habermas, os dados da pesquisa revelam que os

coletivos instrumentalizam as mídias digitais tanto como uma forma de amplificar uma compreensão particular do que seja espaço público, quanto também de produzir ou reconstruir as subjetividades dos atores. A análise apresenta duas conclusões fundamentais que reforçam a perspectiva reflexiva da dupla hermenêutica como orientação metodológica da pesquisa. A primeira delas aponta para uma correlação causal entre (i) os efeitos não programados da intensificação do uso de ferramentas digitais de comunicação, em particular as redes sociais, nas relações sociais em geral e na política em particular, e (ii) o sentido subjetivo visado por atores que politizam seu cotidiano e sua vida privada. Como uma derivação dessa primeira conclusão, a segunda consiste na constatação de que essa conexão de sentido aprofunda a compreensão de novas práticas e significados atribuídos à noção de democracia no Brasil, o que, por sua vez, implica revisitar debates canônicos da sociologia brasileira, como a relação entre público e privado.

Os fenômenos da multiplicação de coletivos, vinculados a temas e domínios os mais variados do convívio social, desafiam a imaginação sociológica a revisitar fundamentos epistemológicos que foram cristalizados no curso do século 20, um contexto histórico em que, na maior parte do tempo, a democracia ainda era um objetivo a ser alcançado. Hoje em dia, em pleno século 21, os desafios são de outra natureza. O debate teórico sobre democracia tem incorporado uma diversidade de conceitos e critérios de definições que refletem a amplitude de fenômenos que passaram a estar associados a ela. Conceitos fundamentais como "espaço público", "sociedade civil" e "participação" estão em curso de revisão crítica, como, aliás, sempre estiveram. Afinal, como todo conceito sociológico, visam definir fenômenos históricos que estão em permanente transformação.

Referências

Arendt, Hannah. 2016. *A condição humana*. Forense universitária.

Buhlmann, Marc, Wolfgang Merkel, e Bernhard Wessels. 2007. The quality of democracy: democracy barometer for established democracies. NCCR Democracy working paper 10.

Butler, Judith. 2019. *Corpos em aliança e as políticas das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira.

Butler, Judith. 2004. *Undoing gender*. Routledge.

Castells, Manuel. 1996. *The rise of the network society*. Blackwell Publishers.

Cohen, Jean, e Andrew Arato. 1994. *Civil society and political theory*. MIT Press.

Costa, Wagner M. da. 2024. *É na horizontalidade que nos entendemos: as experiências, biografias e narrativas dos ativistas de coletivos no Rio de Janeiro*. Tese em Sociologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Collins, Patricia H. 2019. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Editora Boitempo.

Corrochano, Maria Carla, Nilma Lino Gomes, Cláudia Vianna, Silvani dos Santos Valentin e Eugenia Portela de Siqueira Marques. 2024. Entrevista com Patricia Hill Collins. *Revista Brasileira de Educação* 29: e290038. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782024290038>.

DaMatta, Roberto. 1997. *A Casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rocco.

Diamond, Larry, e Leonardo Morlino. 2004. The quality of democracy. *Journal of democracy* 15 (4): 20-31. <https://doi.org/10.1353/jod.2004.0060>.

Fischer, Renate, e Otfried Jarren. 2024. The platformization of public sphere and its challenge to democracy. *Philosophy and Social Criticism* 50 (1): 200-15. <https://doi.org/10.1177/01914537231203535>.

Freire, Gilberto. 1963. *Casa grande e senzala*. Editora UNB.

Giddens, Anthony. 1991. *As consequências da modernidade*. Ed. UNESP.

Gohn, Maria da Glória. 1985. *A força da periferia*. Vozes.

Gohn, Maria da Glória. 2008. *Novas teorias dos movimentos sociais*. Loyola.

Gohn, Maria da Glória. 2013. *Sociologia dos movimentos sociais*. Cortez.

Gohn, Maria da Glória. 2014. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Vozes.

Gohn, Maria da Glória. 2022. *Ativismos no Brasil*. Vozes.

Guimarães, Nadya Araújo. 2021. Entrevista com Patricia Hill Collins. *Tempo Social* 33 (1): 287-322. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.174340>.

Habermas, Jürgen. 2022. Reflections and hypotheses on a further structural transformation of the political public sphere. *Theory, Culture & Society* 39 (4): 145-71. <https://doi.org/10.1177/02632764221112341>.

Habermas, Jürgen. 2002. *A constelação pós nacional: ensaios políticos*. Littera Mundi.

Habermas, Jürgen. 2011. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tempo Brasileiro.

Habermas, Jürgen. 2003. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tempo Brasileiro.

Hobsbawn, Eric. 1995. *Era dos extremos: o breve século 20: 1914-1991*. Companhia das Letras.

Holanda, Sergio Buarque de. 1995. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.

Inglehart, Ronald. 1999. Trust, well-being and democracy. In *Democracy and trust*, organizado por Mark Warren. Cambridge University Press.

Ituassu, Arthur, Caroline Pecoraro, Leticia Capone, Luiz Leo e Vivian Mannheimer. 2023. Mídias digitais, eleições e democracia no Brasil: uma abordagem qualitativa para o estudo de percepções de profissionais de campanha. *Dados - Revista de Ciências Sociais* 66 (2): 1-30. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.294>.

Keck, Margaret, e Kattryn Sikkink. 1999. Transnational advocacy networks in international and regional politics. *International Social Science Journal* 51 (1): 89-101. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00179>.

Lauth, Hans-Joachim. 2016. The internal relationships of the dimensions of democracy: the relevance of trade-offs for measuring the quality of democracy. *International Political Science Review* 37 (5): 606-17. <https://doi.org/10.1177/0192512116667630>.

Leal, Victor Nunes. 1986. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Alfa-ômega.

Lima Neto, Fernando. 2023. Os coletivos no horizonte das jornadas de junho: novos sentidos sobre democracia e participação. *Desigualdade e Diversidade* 24: 58-69.

Lima Neto, Fernando, e Marina H. Tovolli. 2023. Coletivos como espaços de ação política: praticando os valores da horizontalidade, partilha, performance, confronto e sensibilidade. In *Movimentos e coletivos sociais: categorias em disputa*, organizado por Angela Paiva, Fernando Lima Neto, Taísa Sanches. Editora PUC-Rio

Lima Neto, Fernando. 2021. Power and culture: the cultural foundations of Brazilian sociology. *Cultural Sociology* 14 (1): 3-21. <https://doi.org/10.1177/1749975519885470>.

McDonald, Kevin. 2004. Oneself as another: from social movement to experience movement. *Current sociology* 24 (4): 575-93. <https://doi.org/10.1177/0011392104043492>.

Marques, Marcelo, e Vanessa Marx. 2020. Os coletivos em cena: algumas contribuições para o debate. *Simbiótica* 7 (3): 8-32. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33691>.

- Manin, Bernard. 1991. *Principes du gouvernement représentatif*. Flammarion.
- Mattone, Alice, e Diego Ceccobelli. 2024. *Activists in the data stream: the practices of daily grassroots politics in Southern Europe*. Bristol University Press.
- Moisés, José Álvaro. 2010. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* Edusp.
- Mouffe, Chantal. 1993. *The Return of the political*. Verso.
- Morlino, Leonardo. 2004. What is a good democracy? *Democratization* 11 (5): 10-32. <https://doi.org/10.1080/13510340412331304589>.
- Melucci, Albeto. 1989. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova* 17: 49-66. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>.
- Norris, Pippa. 2001. *Digital divide? Civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge University Press.
- Oliveria, Victor, Mirian Lacerda, e Regina Novaes. 2021. Juventudes, educação, política e violência: uma entrevista com Regina Novaes. *Educar em Revista* 37: e71209. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.71209>.
- Paiva, Angela. 2021. *Dinâmicas sociais na luta por direitos no Brasil*. Ed. PUC-Rio.
- Paiva, Angela. 2013. Pedagogia alternativa nos movimentos sociais. *Desigualdade & Diversidade* 12: 29-42.
- Paiva, Angela, Fernando Lima Neto, e Taisa Sanches. 2023. *Movimentos e coletivos sociais: categorias em disputa*. Editora PUC-Rio.
- Penteado, Claudio C., Ivan Fortunato. 2015. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 30 (87): 129-41. <https://doi.org/10.17666/308705-17/2015.129-141>.
- Penteado, Carlos C., e Brauner G. Cruz Junior. 2019. Ação política na internet na era das redes sociais. *Ponto e Vírgula* 26: 109-22. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2019i26p109-122>.
- Perez, Olívia Cristina. 2019. Relação entre os coletivos com as jornadas de junho. *Opinião Pública* 25 (3): 577-96. <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>.
- Perez, Olívia C., e Alberto Luis A. Silva Filho. 2017. Coletivos: um balanço da literatura sobre as novas formas de mobilização da sociedade civil. *Latitude* 11 (1): 255-94. <https://doi.org/10.28998/2179-5428.20170107>.
- Poell, Thomas, David Nieborg, e José van Dijck. 2020. Plataformização. *Revista Fronteiras- Estudos Midiáticos* 22 (1): 2-10. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>.
- Putnam, Robert. 1997. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. FGV.
- Pleyers, Geoffrey. 2011. Ativismo das ruas e online dos movimentos pós 2011. *Lutas Sociais* 17 (2): 83-93. <https://doi.org/10.23925/ls.v17i31.25725>.
- Pleyers, Geoffrey. 2010. *Alter-globalization: becoming actors in the Global Age*. Polity Press.
- Rancière, Jacques. 1995. *La mésentente: politique et philosophie*. Galilée.
- Reis, Elisa. 1988. *Processos e escolhas*. Contracapa.
- Rocha, Camila. 2021. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. Todavia.
- Santos, Liliâne R., e Claudio Luis de C. Penteado. 2023. *Emancipação* 3: 1-18. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.23.2320344.012>.
- Schmitt, Carl. 1992. *O Conceito do Político*. Vozes.
- Schwartzman, Simon. 1988. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Campus.
- Schweidel, Davide, e Wendy M. Moe. 2016. Binge watching and Advertising. *Journal of Marketing* 80 (5): 1-19. <https://doi.org/10.1509/jm.15.0258>.
- Touriane, Alan. 2006. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado* 21 (1): 17-28. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100003>.
- Touraine, Alain. 1992. *Critique de la modernité*. Fayard.
- Uslaner, Eric. 1999. Democracy and social capital. In *Democracy and trust*, organizado por Mark Warren. Cambridge University Press.
- Urbinati, Nadia. 2000. Representation as advocacy: a study of democratic deliberation. *Political Theory* 28 (6): 758-86. <https://doi.org/10.1177/0090591700028006003>.
- Van Dijck, José, Thomas Poell, e Martijn de Wall. 2018. *The platform society: public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Weber, Max. 1964. *Ensaio de sociologia*. Zahar.
- Wieviorka, Michel. 2001. *La différence*. Balland.
- Wolfe, Alan. 1989. *Whose keeper? Social science and moral obligations*. University of California Press.
- Woolley, Samuel, e Philip Howard. 2019. *Computational propaganda: political parties, politicians and political manipulation on social media*. Oxford University Press.

Fernando Lima Neto

Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em Paris, França. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do autor antes da publicação.